



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Departamento de Ciências Contábeis

JULIANA ALMEIDA SANTANA LAUTON

**ANÁLISE DO GRAU DE EVIDENCIAÇÃO DE INSTRUMENTOS
FINANCEIROS DOS 10 MAIORES BANCOS BRASILEIROS**

BRASÍLIA

2016

JULIANA ALMEIDA SANTANA LAUTON

**Análise do Grau de Evidenciação de Instrumentos Financeiros dos 10
Maiores Bancos Brasileiros**

Trabalho de conclusão de curso (Monografia)
apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis
e Atuariais da Universidade de Brasília, como
requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis e Atuariais.

Orientador: Prof. Dr. José Alves Dantas

BRASÍLIA

2016

Lauton, Juliana Almeida Santana.

Análise do Grau de Evidenciação de Instrumentos Financeiros dos 10 Maiores Bancos Brasileiros / Juliana Almeida Santana Lauton. – Brasília, 2016.

32 f.: il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, 2016.

Orientador: Prof. Dr. José Alves Dantas, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais.

1. Evidenciação. 2. Instrumentos Financeiros. 3. Instituições Bancárias. 4. IFRS 7. I. Título.

JULIANA ALMEIDA SANTANA LAUTON

**ANÁLISE DO GRAU DE EVIDENCIAÇÃO DE INSTRUMENTOS
FINANCEIROS DOS 10 MAIORES BANCOS BRASILEIROS**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de
Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília da aluna

Juliana Almeida Santana Lauton

Prof. Dr. José Alves Dantas
Professor-Orientador

Prof. Msc. Rosane Maria Pio da Silva
Professora-Examinadora

Brasília, 28 de junho de 2016

Dedico essa obra ao meu querido marido Werllen,
companheiro em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por sempre ter me dado força e perseverança para seguir em frente e conquistar meus objetivos e sonhos. Agradeço especialmente ao meu orientador, professor Jose Alves Dantas, pela dedicação, paciência e atenção durante toda a realização da monografia. Ao meu marido Werllen, por todo o apoio que me prestou enquanto escrevia a monografia.

RESUMO

Um dos principais compromissos da contabilidade com os seus usuários é a evidenciação, que vai além de apenas divulgar, significando apresentar informações com qualidade, oportunidade e clareza. O presente estudo teve por objetivo avaliar o grau de evidenciação das operações com instrumentos financeiros, conforme o padrão estabelecido na IFRS 7. Para tanto, foram analisados os relatórios contábeis, das 10 maiores instituições financeiras do Brasil, referentes ao período de 2010 a 2014. Por meio da pesquisa documental, foi apurado o Grau de Evidenciação de Instrumentos Financeiros (GEIF) para as instituições da amostra, atribuindo notas entre 0 e 1 para cada um dos vinte requisitos. Foi constatado que os relatórios contábeis apresentaram aumento no grau de evidenciação sobre os instrumentos financeiros, em relação às disposições da IFRS 7. Apesar de crescente, o nível médio de divulgação dos instrumentos financeiros, de 58%, é considerado baixo, tendo em vista que todos os itens do IFRS 7 analisados são de divulgação obrigatória e o grau de divulgação obtido é pouco superior a 50%. Os itens mais divulgados estão relacionados às categorias de ativos e passivos financeiros, receitas, despesas, ganhos e perdas dessas categorias. Os menos atendidos referem-se às garantias aplicadas a passivos ou passivos contingentes, e garantias recebidas de clientes.

Palavras-chaves: Evidenciação; Instrumentos Financeiros; Instituições Bancárias; IFRS 7.

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Relação de itens de evidenciação exigidos pela IFRS 7.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relevância da amostra selecionada em relação aos Ativos totais do SFN.

Tabela 2: Estatísticas descritivas dos níveis do Grau de Evidenciação de Instrumentos Financeiros (GEIF) dos anos de 2010 a 2014.

Tabela 3: Grau de Evidenciação de Instrumentos Financeiros (GEIF) apresentado por instituição financeira nos anos de 2010 a 2014.

Tabela 4: Média da evidenciação por item de requerimento dos anos 2010 a 2014.

Tabela 5: Detalhamento dos itens que apresentaram média de evidenciação superior a 90%.

Tabela 6: Detalhamento dos Itens que apresentaram média de evidenciação inferior a 40%.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Evidenciação Contábil.....	12
2.2 IFRS 7	13
2.3 Pesquisas sobre Evidenciação de Instrumentos Financeiros.....	14
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
3.1 Apuração do Grau de Evidenciação	17
3.2 Parâmetros de Análise.....	20
3.3 Seleção da Amostra	20
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	22
4.1 Análise do Conjunto de Itens e Bancos.....	22
4.2 Análise por Bancos	23
4.3 Análise por Itens de Evidenciação	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS	31

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que, com o avanço dos mercados globais, a necessidade de padronização contábil para uma evidenciação adequada tornou-se essencial às empresas que desejam expandir seus mercados de atuação. Conforme Iudícibus (2009, p.115), evidenciação “é um compromisso inalienável da contabilidade com seus usuários”. O autor ainda afirma que a essência da evidenciação é “apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informações para o usuário”. Dantas *et al.* (2005) ressaltam que a evidenciação vai além de apenas divulgar, significa divulgar com qualidade, oportunidade e clareza.

O pressuposto é que, por meio de uma evidenciação adequada, as empresas demonstram credibilidade aos mercados. Percebe-se, dessa forma, a importância da evidenciação para os sistemas financeiro e de capitais, pois esses são sustentados pela confiança que os agentes envolvidos depositam neles. Quando essa relação de confiança é quebrada, verifica-se consequências negativas como as crises de liquidez, a fuga dos investidores estrangeiros e o colapso dos mercados.

No caso do sistema financeiro, em particular, as instituições bancárias precisam divulgar as demonstrações financeiras e notas explicativas de forma adequada, para que os usuários avaliem a significância dos instrumentos financeiros para sua posição patrimonial e performance.

Em termos contábeis, o *International Accounting Standards Board* (IASB) é o órgão responsável pela emissão de normas contábeis internacionais, que incluem determinações sobre o *disclosure* mínimo obrigatório. No Brasil, o Banco Central do Brasil (BCB) é o órgão brasileiro que regula a forma de divulgação contábil das instituições financeiras brasileiras, que devem seguir o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). No entanto, por meio da Resolução nº 3.786, de 24 de setembro de 2009, o Conselho Monetário Nacional (CMN) determinou que as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB, organizadas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a organizar Comitê de Auditoria, devem elaborar e publicar, também, demonstrações contábeis de acordo com os padrões promulgados pelo IASB. Dessa forma, tais entidades devem fazer divulgações em BRGAAP (normas brasileiras, padrão COSIF) e em *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Para atender as exigências de evidenciação das normas do IASB relacionadas a instrumentos financeiros, as instituições financeiras brasileiras devem observar a IFRS 7, que dispõe sobre a evidenciação de instrumentos financeiros nas demonstrações contábeis. Essa é a norma IASB escolhida para ser escopo desse trabalho.

Tendo em vista o exposto, este estudo tem como objetivo avaliar o grau de evidenciação das operações com instrumentos financeiros conforme o padrão de divulgação estabelecido na IFRS 7. Por meio de uma pesquisa documental foram elencados 20 itens para a análise dos relatórios contábeis (demonstrações financeiras e notas explicativas). Para o alcance desse objetivo, faz-se necessário o exame das informações divulgadas sobre instrumentos financeiros nos relatórios contábeis anuais, referentes ao período de 2010 a 2014, das 10 maiores instituições financeiras do Brasil, considerando o parâmetro de ativos totais, conforme divulgação do Banco Central do Brasil (BCB), na posição de dezembro de 2014.

O presente trabalho justifica-se por diversas razões, entre elas: (i) o fato de os instrumentos financeiros representarem a maior parte dos ativos e passivos de uma instituição financeira; (ii) a dificuldade de implantação de requerimentos contábeis específicos ligados ao tratamento dos instrumentos financeiros (MALAQUIAS; LEMES, 2013); (iii) o fato de que as operações com instrumentos financeiros, quando administradas de maneira inadequada podem apresentar sérios prejuízos para as empresas (MALAQUIAS; LEMES, 2013); (iv) a maioria dos artigos científicos sobre instrumentos financeiros analisam apenas um de seus tipos, os derivativos, como é o caso dos trabalhos de Lopes e Lima (2001), Ambrozini (2014) e Mendonça e Martins (2016); (v) conforme Mendonça e Martins (2016), a evidenciação dos instrumentos financeiros é uma problemática atual; e (vi) a exigência de divulgação em padrão internacional, as instituições financeiras estão em um processo de aprendizado e aprimoramento. Esse trabalho contribuirá para que essas instituições verifiquem onde precisam aprimorar as divulgações.

Além dessa introdução (Seção 1), que contextualiza o tema e define o objetivo da pesquisa, o presente estudo contempla: a revisão da literatura sobre o tema, incluindo a discussão sobre a teoria da evidenciação, análise dos trabalhos sobre evidenciação no mercado financeiro e elucidação sobre a norma IFRS 7 (Seção 2); a descrição dos procedimentos metodológicos para a realização da análise empírica (Seção 3); a análise e discussão dos resultados (Seção 4); e as considerações finais (Seção 5).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Evidenciação Contábil

A evidenciação é um meio para atingir o objetivo da contabilidade, que é “prover informação útil para a tomada de decisões econômicas” (IUDÍCIBUS, 2009, p.116). Além disso, segundo Malaquias e Lemes (2013), a evidenciação contribui para diminuir ou conter a assimetria informacional, que é uma das tarefas mais importantes da contabilidade.

Iudícibus (2009, p.116) ressalta que a essência da contabilidade é sempre a mesma, qual seja, apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, colocando o máximo de informações relevantes nos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada e completa de informações ao usuário.

Para o *Basel Committee on Bank Supervision* (BCBS, 1998), a evidenciação está diretamente relacionada à transparência, que é definida como uma divulgação pública de informações confiáveis e tempestivas que permite os usuários dessas informações fazerem uma avaliação precisa da condição financeira, do desempenho do negócio, do perfil de risco e das práticas de gestão de risco.

No âmbito do sistema financeiro, conforme Dantas *et al.* (2010), a transparência das informações é imprescindível, pois somente exerce atividade de intermediação se houver a confiança das pessoas nas instituições integrantes do sistema. Nesse contexto, para atingir a transparência, os bancos precisam fornecer divulgações tempestivas, precisas, relevantes e suficientes tanto de forma qualitativa como quantitativa (BCBS, 1998).

O BCBS (1998) considera a transparência como a chave elementar para a supervisão bancária eficiente e para um sistema financeiro sólido e seguro. A divulgação ajuda a prevenir ocorrências de problemas nos bancos. A divulgação adequada permite que a disciplina de mercado seja mais sólida, reforçando assim os incentivos para que os bancos se comportem de forma mais prudente e eficiente.

Percebe-se a importância da evidenciação para a estabilidade do sistema financeiro, ao analisar a crise do *subprime* de 2008. Essa crise foi a que mais se prolongou nos últimos vinte anos e atingiu praticamente todas as regiões do mundo. O G-20, grupo dos 20 países mais ricos do mundo, realizou em 2009 um diagnóstico da crise financeira, ressaltando que as falhas no sistema financeiro geraram custos financeiros e sociais extraordinários. Algumas das deficiências identificadas como impulsionadoras da crise foram: i) deficiência nas divulgações

por parte das instituições financeiras danificaram a confiança durante a crise; ii) as divulgações nem sempre deixavam claro o tipo e a magnitude dos riscos associados e suas exposições dentro e fora do balanço; iii) falha na transparência das informações divulgadas ao mercado; iv) os investidores e outros participantes do mercado não conseguiam obter as informações mínimas sobre o preço e volume de negociação de vários produtos negociados no mercado de balcão (G-20, 2009).

2.2 IFRS 7

Para atender às exigências de evidenciação das normas do IASB relacionadas a instrumentos financeiros, as entidades divulgadoras, incluindo as instituições financeiras, devem observar a IFRS 7, conforme mencionado anteriormente.

O objetivo da IFRS 7 é exigir que a entidade evidencie em seus relatórios contábeis informações que permitam que os usuários avaliem: i) a significância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e financeira e para a performance da entidade; ii) a natureza e extensão dos riscos provenientes de instrumentos financeiros a que a entidade está exposta durante o período e ao fim do período contábil, e como a entidade administra esses riscos (IASB, 2008).

Em relação à significância dos instrumentos financeiros, a IFRS 7 define as formas de divulgação dos itens do Balanço Patrimonial, definindo as categorias de ativos e passivos financeiros que devem ser divulgadas, forma de apresentação dos ativos ou passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado, regras de evidenciação das reclassificações, garantias, provisões para perdas. Além disso, estabelece a forma de divulgação dos itens de receita, despesa, ganho ou perda na Demonstração do resultado. Em relação às exigências quanto a natureza e a extensão dos riscos provenientes de instrumentos financeiros, a IFRS 7 detalha quais divulgações qualitativas e quantitativas devem ser realizadas. Entre as informações quantitativas, a norma trata das divulgações sobre risco de crédito, de liquidez, de mercado, análise de sensibilidade e outras divulgações.

Cabe salientar que o presente estudo avaliará o atendimento das regras em relação à significância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e financeira e para a performance dos bancos brasileiros.

2.3 Pesquisas sobre Evidenciação de Instrumentos Financeiros

O estudo desenvolvido por Dantas et al. (2005) ressalta que a evidenciação está relacionada à capacidade de transmitir informações relevantes com qualidade, oportunidade e clareza. Os autores avaliaram a dualidade entre os benefícios do *disclosure* e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. Uma das conclusões do trabalho foi de que o aperfeiçoamento e o desenvolvimento do *disclosure* é peça chave para que a contabilidade atinja seus objetivos de fornecer informações úteis para o processo decisório dos usuários.

Tendo em vista a importância da evidenciação, vários estudos (GOULART, 2003; COSTA JÚNIOR, 2003; DARÓS; BORBA, 2005; PONTE *et al.*, 2007; MALAQUIAS; LEMES, 2013; OLIVEIRA; LEMES, 2011; AMBROZINI, 2014; e MENDONÇA; MARTINS, 2016) têm buscado mensurar o nível de evidenciação praticado pelas entidades brasileiras.

Nesse sentido, Goulart (2003) verificou e analisou o grau de evidenciação, dos quatro maiores bancos brasileiros, quanto às questões relativas a risco de mercado, no período de 1997 a 2002. E também de uma instituição estrangeira nos anos de 2001 e 2002. O autor concluiu que a evidenciação bancária apresentava nível incipiente de transparência quando comparada à divulgação estrangeira e que havia um baixo grau de detalhamento nas divulgações, o que compromete a integridade da divulgação.

O trabalho realizado por Goulart (2003), apesar de não tratar de instrumentos financeiros, demonstra-se relevante para esta pesquisa, pois avalia o grau de evidenciação no âmbito do SFN, evidenciando sua incipiência. Outros estudos, abaixo analisados, contudo, verificam o grau de evidenciação de instrumentos financeiros, mas não têm por objeto de análise instituições financeiras.

Costa Júnior (2003) também identificou deficiências nas divulgações realizadas por entidades brasileiras. O autor fez um levantamento da política de evidenciação de instrumentos financeiros por parte de 192 companhias abertas brasileiras, no ano de 2000. Por meio da análise das demonstrações contábeis, nos aspectos qualitativos e quantitativos, ele concluiu que as companhias abertas no Brasil não prestam informações adequadas no que concerne aos instrumentos financeiros.

Outro estudo que constatou a deficiência nas divulgações foi o de Darós e Borba (2005). Os autores verificaram a evidenciação dos instrumentos financeiros derivativos das vinte maiores empresas brasileiras não financeiras, no ano de 2002. Eles concluíram que a maioria das empresas analisadas não informam corretamente e de forma clara ao mercado as

operações com derivativos, conforme exigido pela Instrução Normativa nº 235/95 da CVM. As principais inadequações apresentadas são: 1) imprecisão na divulgação das notas, faltando a comparação entre os valores contábeis e de mercado, e também ausência dos critérios de avaliação para mensurar o valor de mercado; 2) informação da inexistência de instrumentos financeiros apesar do Balanço Patrimonial informar o contrário; 3) informação de que o valor contábil é o mesmo do valor de mercado.

Ponte *et al.* (2007), por sua vez, fizeram um estudo que avalia quais foram as mudanças na evidenciação de informações obrigatórias, não-obrigatórias e avançadas praticadas pelas sociedades anônimas do Brasil. Foram analisadas as demonstrações contábeis de 95 empresas no ano de 2002 e 119 empresas no exercício de 2005. Os autores verificaram que houve um avanço na evidenciação das práticas de responsabilidade social e do balanço social, das Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC) e do Valor Adicionado (DVA). No entanto, o estudo conclui que as empresas brasileiras ainda têm muito a evoluir no sentido da transparência e qualidade da divulgação das demonstrações contábeis.

A comparação das divulgações realizadas pelas empresas brasileiras e fornecidas para dois mercados de capitais distintos foi o tema do estudo realizado por Malaquias e Lemes (2013). Os autores analisaram o nível de *disclosure* das demonstrações financeiras em relação aos instrumentos financeiros por parte de 24 empresas não financeiras para o mercado brasileiro e norte-americano, no período de 2002 a 2006. O estudo concluiu que os relatórios fornecidos para o mercado brasileiro apresentaram um nível de evidenciação com média estatisticamente inferior ao dos relatórios fornecidos ao mercado norte-americano. Além disso, Malaquias e Lemes (2013) verificaram que as empresas de setores regulamentados e de maior porte apresentaram melhores níveis de evidenciação.

Outro estudo que comparou divulgações das mesmas empresas para mercados distintos foi o de Oliveira e Lemes (2011). Eles analisaram em que nível as informações contábeis divulgadas nos mercados brasileiro e norte-americano atenderam aos requisitos da adoção inicial das IFRS. Os autores selecionaram 20 empresas brasileiras listadas simultaneamente na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) e na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e analisaram as demonstrações elaboradas em 2008. Concluíram que, em função da adoção das IFRS, as demonstrações contábeis em BRGAAP se modificaram mais substancialmente do que em USGAAP, aumentando o nível de divulgação. Além disso, os autores também verificaram que o porte da empresa e o setor de atuação influenciam diretamente no *disclosure* das informações.

Como demonstrado pela pesquisa de Oliveira e Lemes (2011), as normas IFRS contribuíram para que as empresas brasileiras melhorassem o grau de evidenciação das demonstrações financeiras. Nesse contexto, Ambrozini (2014), analisou o grau de evidenciação das operações com instrumentos financeiros derivativos por 45 companhias abertas brasileiras com ações negociadas na BOVESPA. O autor concluiu que o grau de evidenciação dos instrumentos financeiros sofreu uma considerável melhora após a adoção das normas IFRS no Brasil. O autor ressalta, também, que 97,8% das empresas fizeram as divulgações quantitativas relacionadas ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, enquanto que esse índice no estudo de Costa Júnior (2003) foi de apenas 11,98%.

Em complemento aos estudos após adoção das normas IFRS no Brasil, Mendonça e Martins (2016), analisaram a evidenciação dos derivativos nas demonstrações contábeis de 7 empresas do Setor de Energia Elétrica brasileiro pertencentes ao Novo Mercado (nível de governança corporativa da BOVESPA). Foram analisadas as demonstrações dos anos de 2003, 2008 e 2013. Os autores concluíram que os índices de evidenciação de 2003 foram significativamente inferiores aos de 2008 e 2013. Além disso, verificaram que ocorreu uma evolução no índice de evidenciação de 2008 para 2013, corroborando a conclusão de Ambrozini (2014) de que a convergência ao modelo internacional conferiu uma elevação no nível de evidenciação dos derivativos.

As pesquisas apresentadas nesta revisão de literatura demonstram que a evidenciação de informações financeiras por parte das empresas brasileiras era deficiente antes da adoção das normas IFRS. Também pode-se observar uma melhora significativa na evidenciação após a implementação das normas IFRS no Brasil. Além disso, verifica-se uma evolução no nível de evidenciação em demonstrações financeiras divulgadas em anos posteriores a adoção inicial das IFRS. Tendo em vista o exposto, o presente estudo busca avaliar o grau de evidenciação dos instrumentos financeiros, e não apenas derivativos, no âmbito do SFN, tema que não foi explorado nos trabalhos apresentados nessa seção.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista o objetivo de analisar o grau de evidenciação dos instrumentos financeiros nos relatórios contábeis, este trabalho caracteriza-se, quanto à finalidade, como explicativo e descritivo. Conforme Vergara (2005), a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou fenômeno e também pode estabelecer correlação entre variáveis e definir sua natureza. Segundo a autora, o estudo explicativo é aquele que tem como principal objetivo tornar algo inteligível, justificando os motivos, ou seja, tem por objetivo esclarecer quais fatores contribuem para a ocorrência de determinado fenômeno.

Em relação aos procedimentos técnicos, classifica-se como uma pesquisa documental, pois as informações para a realização do estudo encontram-se nos relatórios contábeis. Raupp e Beuren (2003) destacam que a pesquisa documental se baseia em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, tais como relatórios contábeis, com o objetivo de analisar aspectos relacionados à situação patrimonial, econômica e financeira da empresa.

Por fim, o presente estudo é classificado, quanto à abordagem do problema, como quantitativo, uma vez que se utiliza de instrumentos estatísticos para o tratamento dos dados (RAUPP; BEUREN, 2003).

As pesquisas analisadas na revisão de literatura demonstraram que as evidenciações de informações financeiras apresentaram uma melhora significativa após a implementação das IFRS no Brasil. Além disso, houve uma evolução ano a ano em relação ao nível de evidenciação das demonstrações financeiras divulgadas nos anos posteriores a adoção inicial das IFRS, conforme observado por Oliveira e Lemes (2011), Ambrozini (2014) e Mendonça e Martins (2016).

Tendo em vista o exposto, é esperado que os maiores bancos brasileiros tenham aumentado o grau de evidenciação sobre os instrumentos financeiros, considerando às disposições da IFRS 7.

3.1 Apuração do Grau de Evidenciação

Tendo em vista o propósito da pesquisa, a primeira etapa do estudo foi o levantamento das orientações de evidenciação previstas na IFRS 7. Por meio dessa análise, foi possível separar os itens de evidenciação conforme estrutura da IFRS 7 e subdividi-los em 20 itens para a formação do *check-list*, conforme indicado no Quadro 1:

Quadro 1: Relação de itens de evidenciação exigidos pela IFRS 7

Código do Item	Item da IFRS 7	Descrição do item de evidenciação da IFRS 7
1	8 (a), (b), (c), (d)	O valor contábil de cada categoria de ativos financeiros: 8.(a) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado; 8.(b) investimentos mantidos até o vencimento; 8.(c) empréstimos e recebíveis; e 8.(d) ativos financeiros disponíveis para venda;
2	8 (b)	8.(b) Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado, mostrando separadamente: (i) aqueles designados dessa forma no reconhecimento inicial; e (ii) os classificados como mantidos para negociação.
3	8 (a) (f)	O valor contábil de cada categoria de passivos financeiros: 8.(a) passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado; e 8.(f) passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
4	8 (e)	8.(e) passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado, mostrando separadamente: (i) aqueles designados dessa forma no reconhecimento inicial; e (ii) os classificados como mantidos para negociação.
5	12	Se a entidade tiver reclassificado um ativo financeiro como um ativo mensurado: 12.(a) pelo custo ou custo amortizado, em vez de pelo valor justo; ou 12.(b) pelo valor justo, em vez de pelo custo ou custo amortizado; ela deve divulgar a quantia reclassificada, para dentro e para fora de cada categoria, e a razão para a reclassificação.
	14	14. A entidade deve divulgar:
6	14 (a)	14.(a) o valor contábil de ativo financeiro que é usado como garantia para passivos ou passivos contingentes, incluindo montantes que tenham sido reclassificados.
7	14 (b)	14.(b) os termos e as condições relativos à garantia.
	15	15. Quando a entidade possuir garantias (de ativos financeiros ou não financeiros) e estiver autorizada a vender ou reapresentar a garantia na ausência de descumprimento por parte do detentor da garantia, a entidade deve divulgar:
8	15 (a)	15.(a) o valor justo da garantia possuída;
9	15 (b)	15.(b) o valor justo de qualquer garantia vendida ou renovada, e se a entidade tiver obrigação de devolvê-la; e
10	15 (c)	15.(c) os termos e as condições associados ao uso da garantia.
11	16	16. Quando ativos financeiros sofrerem redução no valor recuperável por perdas com crédito e a entidade registrar a perda no valor recuperável em conta separada, em vez de reduzir diretamente o montante do valor contábil do ativo, deve ser divulgada a conciliação das movimentações dessa conta durante o período para cada classe de ativos financeiros.
	20	A entidade deve divulgar os seguintes itens de receita, despesa, ganho e perda, quer na demonstração do resultado abrangente, na demonstração do resultado ou nas notas explicativas:
	20 (a)	20.(a) ganhos líquidos ou perdas líquidas em:
12	20 (a)	20.(a) - (i) ativos financeiros ou passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado, mostrando separadamente aqueles ativos financeiros ou passivos financeiros designados como tais no reconhecimento inicial, e aqueles ativos financeiros ou passivos financeiros que são classificados como mantidos para negociação;

Quadro 1: Relação de itens de evidenciação exigidos pela IFRS 7

Código do Item	Item da IFRS 7	Descrição do item de evidenciação da IFRS 7
13	20 (a)	20.(a) - (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, mostrando separadamente a quantia de ganho ou perda reconhecida como outros resultados abrangentes durante o período e a quantia reclassificada de outros resultados abrangentes para a demonstração do resultado do período;
14	20 (a)	20.(a) - (iii) investimentos mantidos até o vencimento;
15	20 (a)	20.(a) - (iv) empréstimos e recebíveis; e
16	20 (a)	20.(a) - (v) passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado;
17	20 (b)	20.(b) receita e despesa totais de juros (calculados utilizando-se o método da taxa efetiva de juros) para os ativos ou passivos financeiros que não estejam como valor justo por meio do resultado;
18	20 (c)	20.(c) receitas e despesas outras que não as incluídas na determinação da taxa de juros efetiva decorrentes de: (i) ativos financeiros ou passivos financeiros que não estejam com o valor justo por meio do resultado; e (ii) trustes e atividades fiduciárias que resultem na manutenção ou investimento de ativos em favor de indivíduos, trustes, fundos de pensão e outras instituições.
19	20 (d)	20.(d) receita financeira contabilizada em ativos que sofreram perda de valor recuperável; e
20	20 (e)	20.(e) o montante da perda no valor recuperável para cada classe de ativo financeiro.

Fonte: elaborado pela autora, tomando por base o conteúdo da IFRS 7.

A segunda etapa consistiu na análise documental dos relatórios contábeis (demonstrações financeiras e notas explicativas), com o objetivo de identificar o grau de observância das orientações emanadas pela IFRS 7, por parte das instituições financeiras selecionadas.

Em seguida, atribuiu-se uma pontuação, que variou de 0 a 1, para cada um dos 20 itens do *check-list* (Quadro 1), sendo que, para cada um deles foi atribuído:

- 1,00 ponto, quando atende à integridade do requisito de divulgação;
- 0,75 ponto, quando atende a mais da metade do requisito de divulgação;
- 0,50 ponto, quando se considera atendido apenas a metade do requisito de divulgação em questão;
- 0,25 ponto, quando se considera atendido menos da metade do requisito de divulgação em análise;
- 0,00 ponto, quando nenhuma dimensão do requisito de divulgação em análise é contemplado na demonstração financeira.

Para o cálculo do Grau de Evidenciação de Instrumentos Financeiros (GEIF) foi utilizado o método estatístico de média ponderada, de forma análoga ao modelo proposto por Dantas *et al.* (2010) em relação ao grau de Divulgação do Risco de Crédito (DRC). O GEIF foi calculado para cada instituição e período, tendo como referência os requisitos de divulgação previstos na IFRS 7, conforme Quadro 1. A nota representativa desse grau de evidenciação é apurada de acordo com a equação (3.1):

$$GEIF_{i,t} = \frac{\sum_{R=1}^{20} N_{Ri,t}}{20} \quad (3.1)$$

Onde:

- GEIF_{i,t}** : corresponde ao grau de evidenciação de instrumentos financeiros, por parte da instituição i, no período t.
- NR_{i,t}** : representa a nota atribuída a cada um dos requisitos (R) de evidenciação do Quadro 1 (itens de 1 a 20), por parte da instituição i, no período t.
- 20** : é o número de requisitos de evidenciação previstos no Quadro 1.

Ressalta-se que a pesquisa apresenta limitações em relação a subjetividade implícita na atribuição dessa nota de evidenciação, característica da análise documental realizada nas demonstrações contábeis. Dessa forma, a apuração do GEIF pode apresentar viés do pesquisador que realizou a análise.

3.2 Parâmetros de Análise

Para analisar o grau de evidenciação dos instrumentos financeiros, são realizadas comparações da evolução do GEIF, ano a ano, de cada instituição financeira e das 10 instituições em conjunto. Adicionalmente, são realizadas análises sobre o comportamento de cada banco, bem como sobre cada um dos requisitos de evidenciação destacados no Quadro 1.

3.3 Seleção da Amostra

A análise tem por base o exercício de 2010, pois a Resolução do CMN nº 3.786/09, determinou que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor, devem, a partir da

data-base de 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar anualmente demonstrações contábeis consolidadas adotando o padrão contábil internacional (IFRS).

A amostra foi selecionada por meio do relatório “50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional” divulgado na página do Banco Central do Brasil, na data base de dezembro de 2014. A partir desse relatório, a seleção foi com base na relevância que os 10 maiores bancos apresentavam em relação ao volume de Ativos Totais. Esses bancos selecionados representam 75% dos ativos totais do SFN, que corresponde ao volume de R\$ 5.611.858.380,00.

Tendo em vista o exposto, a amostra é composta pelo conjunto de demonstrações contábeis (demonstrações financeiras e notas explicativas) divulgadas em padrão IFRS pelas 10 maiores instituições financeiras do Brasil, do período de 2010 a 2014, totalizando 50 conjuntos de demonstrações.

A Tabela 1 demonstra a representatividade de cada instituição em relação ao volume total de ativos do SFN, na data-base dezembro de 2014.

Tabela 1: Relevância da amostra selecionada em relação aos Ativos totais do SFN

Banco	Ativo Total em dezembro de 2014	% de participação de cada banco em relação aos Ativos totais do SFN
Banco do Brasil	1.324.464.414,00	18%
Itaú	1.117.848.197,00	15%
Caixa Econômica Federal	1.064.674.796,00	14%
Bradesco	883.438.773,00	12%
Santander	598.224.807,00	8%
HSBC	167.971.558,00	2%
BTG Pactual	154.593.402,00	2%
Safra	140.675.131,00	2%
Votorantim	99.106.714,00	1%
Citibank	60.860.588,00	1%
TOTAL	5.611.858.380,00	75%

Fonte: elaborado pela autora, tomando por base o relatório “50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional” divulgado na página do Banco Central do Brasil, na data base de dezembro de 2014.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste item estão descritos os resultados relativos ao Grau de Evidenciação de Instrumentos Financeiros (GEIF) de cada instituição financeira, bem como o comportamento dos requisitos de evidenciação conforme IFRS 7.

4.1 Análise do Conjunto de Itens e Bancos

Os níveis de GEIF foram avaliados por meio de estatísticas descritivas. Os resultados estão sintetizados na Tabela 2, na qual está o resumo dos resultados de todos os bancos e itens de divulgação de 2010 a 2014.

Tabela 2: Estatísticas descritivas dos níveis do Grau de Evidenciação de Instrumentos Financeiros (GEIF) dos anos de 2010 a 2014

	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Média	53,0%	57,4%	57,5%	61,0%	61,3%	58,0%
Mediana	50,0%	56,3%	56,3%	56,9%	56,9%	55,0%
Desvio Padrão	11,7%	9,9%	11,3%	12,2%	12,5%	11,5%
Máximo	77,5%	77,5%	82,5%	82,5%	82,5%	82,5%
Mínimo	40,0%	42,5%	42,5%	42,5%	42,5%	40,0%

Fonte: elaboração própria, com os dados da pesquisa.

Ao analisar as médias anuais das divulgações de 2010 a 2014, percebe-se um crescimento no grau de evidenciação, o que demonstra que as instituições financeiras buscaram aprimorar os demonstrativos contábeis e notas explicativas ano a ano. Tal constatação é reforçada pelo valor das medianas que também apresentou evolução, com um crescimento mais acentuado nos anos de 2010 para 2011.

No entanto, verifica-se que a média total é de 58% e a mediana total é de 55%. Esses índices de evidenciação podem ser considerados baixos, tendo em vista que todos os itens do IFRS 7 analisados são de divulgação obrigatória. Esse nível geral de divulgação corrobora os resultados encontrados por Martins e Dantas (2010), de que o nível médio de divulgação por parte das instituições financeiras alcança pouco mais da metade das exigências de evidenciação das normas. Corrobora também os trabalhos de Costa Júnior (2003) e Darós e Borba (2005), que concluíram que as empresas brasileiras não prestam as informações adequadas no que concerne aos instrumentos financeiros.

Por outro lado, apesar do grau de divulgação médio total (58%) identificado nesse estudo não ser satisfatório, ele é superior à média apurada por Martins e Dantas (2014) para o grau de divulgação dos itens de risco de crédito em IFRS, que foi de 54% do ano de 2010 a 2012.

Adicionalmente, os pontos de máximo e mínimo da análise estatística chamam a atenção, pois mostram que há instituições financeiras com alto grau de evidenciação, na medida em que possuem GEIF máximo de 82,5%, enquanto outras apresentam um grau inferior à média, consistente em GEIF mínimo de 40%. O desvio padrão corrobora essa análise, pois ele variou de 11% a 12% no período. Além disso, percebe-se que tanto os graus de evidenciação máximos quanto os mínimos apresentaram evoluções discretas ao longo dos anos, permanecendo relativamente estáveis nos três últimos anos.

4.2 Análise por Bancos

Tendo como base a análise global realizada no tópico anterior, verificou-se por meio da avaliação do desvio padrão e dos pontos de máximos e mínimos que o grau de divulgação por parte das instituições financeiras não é homogêneo. A Tabela 3 exibe os resultados do GEIF, por Instituição Financeira, nos anos de 2010 a 2014.

Tabela 3: Grau de Evidenciação de Instrumentos Financeiros (GEIF) apresentado por instituição financeira nos anos de 2010 a 2014

Posição da Inst. Financ.	Instituição Financeira	2010	2011	2012	2013	2014	Média	Evolução
1	Safra	77,5%	77,5%	82,5%	82,5%	82,5%	80,5%	6,5%
2	Bradesco	65,0%	65,0%	65,0%	72,5%	72,5%	68,0%	11,5%
3	BB	55,0%	57,5%	57,5%	70,0%	72,5%	62,5%	31,8%
4	Itaú	40,0%	65,0%	65,0%	70,0%	70,0%	62,0%	75,0%
5	HSBC	58,8%	58,8%	58,8%	58,8%	58,8%	58,8%	0,0%
6	CEF	50,0%	55,0%	55,0%	55,0%	55,0%	54,0%	10,0%
7	Votorantim	50,0%	52,5%	48,8%	53,8%	53,8%	51,8%	7,5%
8	BTG Pactual	41,3%	50,0%	50,0%	55,0%	55,0%	50,3%	33,3%
9	Citibank	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	0,0%
10	Santander	42,5%	42,5%	42,5%	42,5%	42,5%	42,5%	0,0%

Fonte: elaboração própria, com os dados da pesquisa.

Os resultados evidenciados na Tabela 3 revelam que metade das instituições apresentaram o GEIF superior à média de evidenciação total (58%) apresentada na Tabela 2 e a outra metade não conseguiu atingir esse patamar.

Por meio da classificação da coluna “Média” da Tabela 3, que representa a média total de cada instituição no período analisado, é possível posicionar os bancos de acordo com o grau de divulgação, sendo que o banco Safra apresentou o maior GEIF médio para o período (80,5%), enquanto que o Santander apresentou o menor (42,5%).

Outra característica observável está no grau de evolução do GEIF, conforme coluna “Evolução” da Tabela 3. Essa coluna compara o crescimento da evidenciação do primeiro ano de divulgação obrigatória das demonstrações em IFRS, 2010, e o último ano analisado na pesquisa, 2014. Os resultados demonstram que 7 dos 10 bancos analisados apresentaram evolução no grau de evidenciação no período, o que confirma evidências de estudos anteriores, como o de Ambrozini (2014) e Mendonça e Martins (2016), de que a convergência ao modelo internacional conferiu uma elevação no nível de evidenciação dos instrumentos financeiros ao longo dos anos.

A evolução do grau de divulgação demonstra que as instituições, de uma forma geral, estão buscando aprimorar as informações divulgadas. Dentre elas, destacam-se o crescimento do GEIF dos bancos Itaú (75%), BTG Pactual (33,3%) e Banco do Brasil (31,8%).

Por outro lado, os bancos HSBC, Citibank e Santander não apresentaram crescimento algum no período. Esse resultado assemelha-se ao achados de Martins e Dantas (2014), no qual o grau de divulgação do risco de crédito dos anos de 2010 a 2012 dos bancos Santander e Citibank foi exatamente o mesmo nos três anos analisados, de 50% e 48,96% respectivamente, enquanto o banco HSBC apresentou o grau de 53,13% em 2010 e 63,54% em 2011 e 2012. Esses resultados deixam evidente que o mesmo modelo de demonstrações financeiras e notas explicativas adotados na divulgação inicial de 2010 foi repetido nos anos seguintes até 2014, sem aprimoramentos.

4.3 Análise por Itens de Evidenciação

A última fase do processo de análise dos resultados consiste em avaliar o grau de evidenciação dos requisitos de divulgação de Instrumentos Financeiros elencados no Quadro 1. A Tabela 4 apresenta a média da evidenciação de cada um dos 20 itens dos requisitos de divulgação do IFRS 7 descritos no Quadro 1 dos anos de 2010 a 2014.

Tabela 4: Média da evidenciação por item de requerimento dos anos 2010 a 2014

Posição do Item	Código do Item do Quadro 1	Média					Total	Evolução
		2010	2011	2012	2013	2014		
1	Item 17	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	0,0%
2	Item 14	90,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	94,0%	5,6%
2	Item 15	90,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	94,0%	5,6%
2	Item 16	90,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	94,0%	5,6%
3	Item 3	85,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	93,0%	11,8%
4	Item 1	90,0%	90,0%	90,0%	92,5%	92,5%	91,0%	2,8%
5	Item 12	70,0%	75,0%	72,5%	77,5%	77,5%	74,5%	10,7%
6	Item 13	60,0%	65,0%	65,0%	77,5%	77,5%	69,0%	29,2%
7	Item 2	60,0%	70,0%	60,0%	70,0%	70,0%	66,0%	16,7%
8	Item 4	50,0%	50,0%	50,0%	60,0%	60,0%	54,0%	20,0%
9	Item 5	30,0%	35,0%	45,0%	75,0%	75,0%	52,0%	150,0%
10	Item 18	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	0,0%
11	Item 11	40,0%	45,0%	45,0%	45,0%	45,0%	44,0%	12,5%
11	Item 19	40,0%	45,0%	45,0%	45,0%	45,0%	44,0%	12,5%
11	Item 20	40,0%	45,0%	45,0%	45,0%	45,0%	44,0%	12,5%
11	Item 8	30,0%	42,5%	47,5%	47,5%	52,5%	44,0%	75,0%
12	Item 6	30,0%	40,0%	40,0%	40,0%	40,0%	38,0%	33,3%
13	Item 9	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%	0,0%
14	Item 7	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
14	Item 10	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: elaboração própria com os dados da pesquisa.

A partir da análise da Tabela 4, percebe-se que 12 dos 20 itens apresentam média de divulgação acima de 50%. Por outro lado, dois itens possuem média igual a zero. A coluna “posição do Item” ordena os itens por nível de divulgação média total, classificando do maior nível (95%) para o menor (0%).

Outro fator identificado diz respeito ao item 5, que trata da reclassificação de ativos financeiros entre custo amortizado e valor justo, apresentou maior evolução (150%) entre todos os itens analisados. Verifica-se, também, que no ano de 2010 a média de divulgação foi de apenas 30%, apresentando crescimentos graduais até 2012 e passando para 75% em 2013 e 2014. Esse resultado demonstra a maturidade adquirida pelas instituições ao longo dos anos. Diante de tais dados, infere-se que a obrigatoriedade de divulgar essas reclassificações pode ter gerado dificuldades de entendimento e implantação nos primeiros anos de divulgação em IFRS e foram revistas nos anos posteriores.

O item que apresentou o segundo maior grau de evolução exige a divulgação do valor justo das garantias possuídas (item 8). Apesar de ter saído de uma média de evidenciação de 30% em 2010 para 52,5% em 2014, o grau obtido no último ano de análise ainda está abaixo das expectativas. De se ressaltar que, durante a análise das demonstrações, constatou-se que

algumas instituições ainda omitem a informação do valor das garantias possuídas e outras que o divulgam não deixam claro se se trata do valor justo ou não.

Por outro lado, verifica-se que os itens 17, 18, 9, 7 e 10 apresentaram evolução igual a zero. O item 17 trata das divulgações das receitas e despesas totais de juros para os ativos e passivos financeiros que não estejam como valor justo por meio do resultado. Esse item é abrangente e tem um alto grau de atendimento, de 95% em todos os anos, dessa forma, houve pouca margem para evolução ao longo do período. No outro extremo os itens 7 e 10 não apresentaram evolução, pois as instituições não divulgaram informação alguma sobre “os termos e as condições relativos à garantia” e “os termos e as condições associados ao uso da garantia”, respectivamente. Fato que demonstra grave falha nas notas explicativas.

As Tabelas 5 e 6 contêm análises dos itens que apresentaram maior e menor grau de evidenciação, respectivamente.

Tabela 5: Detalhamento dos itens que apresentaram média de evidenciação superior a 90%

Posição do Item	Código do Item do Quadro 1	Descrição do item de evidenciação da IFRS 7	Média Total	Evolução
1	Item 17	20.(b) receita e despesa totais de juros (calculados utilizando-se o método da taxa efetiva de juros) para os ativos ou passivos financeiros que não estejam como valor justo por meio do resultado;	95,0%	0,0%
2	Item 14	20.(a) - (iii) investimentos mantidos até o vencimento;	94,0%	5,6%
2	Item 15	20.(a) - (iv) empréstimos e recebíveis; e	94,0%	5,6%
2	Item 16	20.(a) - (v) passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado;	94,0%	5,6%
3	Item 3	O valor contábil de cada categoria de passivos financeiros: 8.(a) passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado; e 8.(f) passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.	93,0%	11,8%
4	Item 1	O valor contábil de cada categoria de ativos financeiros: 8.(a) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado; 8.(b) investimentos mantidos até o vencimento; 8.(c) empréstimos e recebíveis; e 8.(d) ativos financeiros disponíveis para venda;	91,0%	2,8%

Fonte: elaboração própria com os dados da pesquisa.

A Tabela 5 mostra informações detalhadas dos 6 itens com média de evidenciação acima de 90%, demonstrando que as instituições financeiras atendem mais aos requisitos relacionados às categorias de ativos e passivos financeiros, bem como à divulgação das receitas, despesas, ganhos e perdas dessas categorias. O elevado grau de divulgação para esses requisitos pode ser explicado tendo em vista que a criação das categorias de ativos e passivos financeiros

representa a principal inovação trazida pelas normas IFRS às divulgações de instrumentos financeiros.

Ambronizi (2014) apurou que o percentual de *disclosure* de instrumentos financeiros para o item 8 da IFRS 7 de empresas não financeiras, no ano de 2013, foi de 97,8%. No presente estudo esse item foi segregado nos itens de 1 a 4. A média desses itens no ano de 2013 foi de 79,38%. O resultado menor em relação ao valor apurado por Ambronizi (2014) pode ser explicado pelo maior nível de detalhe e rigor utilizado no presente trabalho para avaliar cada um dos itens. Além disso, no presente trabalho, quando a informação era omissa atribuía-se nota zero para o item analisado.

Ao comparar os resultados do presente trabalho e os de Ambronizi (2014) e Costa Júnior (2003), verifica-se uma evolução considerável em relação ao nível de divulgação de 11,98% identificado pelo autor, que avaliou as empresas que divulgaram o valor justo dos instrumentos financeiros no ano de 2000.

O resultado apurado por Ambronizi (2014) para os itens de evidenciação 20.(a) e 20.(b) e (c), percentual de *disclosure* de 91,1% e 97,8% respectivamente, também ficou um pouco superior ao obtido no presente estudo para o mesmo período, ano de 2013. A média da divulgação para todo o item 20.(a) foi de 88% (itens de 12 a 16), ao passo que para os itens 20.(b) e (c) (itens 17 e 18) a média apurada foi de 72,5%.

Tabela 6: Detalhamento dos Itens que apresentaram média de evidenciação inferior a 40%

Posição do Item	Código do Item do Quadro 1	Descrição do item de evidenciação da IFRS 7	Total	Evolução
12	Item 6	14. A entidade deve divulgar: 14.(a) o valor contábil de ativo financeiro que é usado como garantia para passivos ou passivos contingentes, incluindo montantes que tenham sido reclassificados.	38,0%	33,3%
13	Item 9	15. Quando a entidade possuir garantias (de ativos financeiros ou não financeiros) e estiver autorizada a vender ou rerepresentar a garantia na ausência de descumprimento por parte do detentor da garantia, a entidade deve divulgar: 15.(b) o valor justo de qualquer garantia vendida ou renovada, e se a entidade tiver obrigação de devolvê-la; e	20,0%	0,0%
14	Item 7	14. A entidade deve divulgar: 14.(b) os termos e as condições relativos à garantia.	0,0%	0,0%
14	Item 10	15. Quando a entidade possuir garantias (de ativos financeiros ou não financeiros) e estiver autorizada a vender ou rerepresentar a garantia na ausência de descumprimento por parte do detentor da garantia, a entidade deve divulgar: 15.(c) os termos e as condições associados ao uso da garantia.	0,0%	0,0%

Fonte: elaboração própria com os dados da pesquisa.

A Tabela 6, por sua vez, mostra informações detalhadas dos 4 itens que apresentam média de evidenciação abaixo de 40% e os requerimentos que os bancos têm mais dificuldade de divulgar ou não divulgam. Esses itens referem-se a exigências de divulgação referente às garantias aplicadas a passivos ou passivos contingentes, bem como às garantias recebidas de clientes para fazer frente às operações de crédito.

Como pode ser visto nos itens 6 e 9, alguns bancos chegaram a divulgar o valor contábil e/ou valor justo das garantias. No entanto, nenhuma das instituições divulgou “os termos e as condições relativos à garantia” (item 7), tampouco a informação sobre se a entidade teria obrigação de devolvê-la (parte do item 9) ou “os termos e as condições associados ao uso da garantia” (item 10).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo avaliar o grau de evidenciação das operações com instrumentos financeiros, conforme o padrão de divulgação estabelecido na IFRS 7. Por meio de uma análise de 20 itens dos relatórios contábeis (demonstrações financeiras e notas explicativas), referentes ao período de 2010 a 2014, das 10 maiores instituições financeiras do Brasil.

Por meio da análise dos resultados empíricos percebe-se que os maiores bancos brasileiros apresentaram aumento no grau de evidenciação sobre os instrumentos financeiros, em relação às disposições da IFRS 7, no período examinado.

Apesar de crescente, o nível médio de divulgação dos instrumentos financeiros, de 58,03%, pode ser considerado baixo, tendo em vista que todos os itens do IFRS 7 analisados são de divulgação obrigatória e o grau de divulgação obtido é pouco superior a 50%. Mesmo o fato de a média total de divulgação do período ter sido superior a estudos anteriores, as instituições financeiras brasileiras ainda precisam evoluir em relação às divulgações entregues ao mercado para atingir um nível de excelência.

Após avaliar o grau de divulgação dos instrumentos financeiros de forma global, e constatar crescimentos anuais, o passo seguinte consistiu em verificar o crescimento de cada instituição bancária em separado. Os resultados demonstraram que, no geral, com exceção apenas do HSBC, Citibank e Santander, houve uma evolução gradativa das médias de divulgação ano a ano, reforçando as evidências de trabalhos anteriores, destacando-se a evolução no grau de divulgação dos bancos Itaú, BTG Pactual e Banco do Brasil.

A terceira fase do processo de análise consistiu em examinar as médias de divulgação para cada requisito selecionado para o estudo. Por meio desse processo, foi possível perceber que as instituições financeiras atendem mais aos requisitos relacionados às categorias de ativos e passivos financeiros, bem como à divulgação das receitas, despesas, ganhos e perdas dessas categorias. O elevado grau de divulgação para esses requisitos, superior a 90%, pode ser explicado pelo fato de a criação das categorias de ativos e passivos financeiros representar a principal inovação trazida pelas normas IFRS às divulgações de instrumentos financeiros.

Em contrapartida, foi verificado que os requisitos menos atendidos, com grau de divulgação inferior a 40%, referem-se às garantias aplicadas a passivos ou passivos contingentes, bem como às garantias recebidas de clientes para fazer frente às operações de crédito. Nenhuma das instituições divulgou “os termos e as condições relativos à garantia”,

tampouco a informação sobre se a entidade teria obrigação de devolvê-la ou “os termos e as condições associados ao uso da garantia”.

Entre as limitações do estudo destacam-se a atribuição do mesmo peso para os 20 itens de evidenciação obrigatória analisados por este estudo; a abrangência dos testes empíricos, que envolve apenas dez bancos e cinco anos, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014; e a subjetividade implícita no processo de apuração da variável GEIF, tendo em vista que foi utilizada a técnica de análise documental.

Por fim, sugere-se para trabalhos futuros o desenvolvimento de método capaz de atribuir pesos diferentes para cada requisito de divulgação e análise de uma amostra maior de demonstrações financeiras e instituições bancárias.

REFERÊNCIAS

AMBROZINI, Marcelo Augusto. Análise do grau de evidenciação das operações com instrumentos financeiros derivativos pelas companhias brasileiras listadas no Ibovespa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 11, n. 24, p. 25-42, 2014.

BASLE COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION. *Enhancing bank transparency – Public disclosure and supervisory information that promote safety and soundness in banking systems*. Basel: BIS, 1998. Disponível em <www.bis.org>. Acesso em: 20 mar, 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Relatório dos 50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional**. Posição: Dezembro/2014. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/fis/TOP50/port/Top50P.asp>>. Acesso em: 09 jan. 2016.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN). **Resolução nº 3786**, 24 de setembro de 2009. Dispõe sobre a elaboração e a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 09 jan. 2016.

COSTA JUNIOR, Jorge Vieira da. Uma avaliação do nível de evidenciação das companhias abertas, no Brasil, no tocante aos instrumentos financeiros. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 14, n. 32, p. 23-39, 2003.

DANTAS, J. A. et. al. A dualidade entre os benefícios do *disclosure* e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Revista Economia e Gestão**, PUC Minas, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 56-76, dez. 2005.

DANTAS, José Alves; RODRIGUES, Fernanda Fernandes; RODRIGUES, Jomar Miranda; CAPELLETTO, Lucio Rodrigues. Determinantes do grau de evidenciação de risco de crédito pelos bancos brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, v. 21, n. 52, jan./abr. 2010.

DARÓS, Leandro Luís; BORBA, José Alonso. Evidenciação de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações contábeis: uma análise das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 16, n. 39, p. 68-80, 2005.

G-20 WORKING GROUP. *Enhancing sound regulation and strengthening transparency: final report*, Mar. 2009. Disponível em: < www.g20.org >. Acesso em: 22 mar. 2016.

GOULART, André Moura Cintra. **Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil**. 2003. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LOPES, Alexsandro Broedel; LIMA, Iran Siqueira. Perspectivas para a pesquisa em contabilidade: o impacto dos derivativos. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 12, n. 26, p. 25-41, 2001.

MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes; LEMES, Sirlei. *Disclosure* de instrumentos financeiros segundo as normas internacionais de contabilidade: evidências empíricas de empresas brasileiras. **BBR Brazilian Business Review**, v. 10, n. 3, 2013.

MARTINS, Vanessa Maciel; DANTAS, José Alves. Evidenciação sobre Risco de Crédito pelos Bancos Brasileiros nas Demonstrações Financeiras em IFRS e Cosif. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 1, n. 2, p. 42-60, 2014.

MENDONÇA, Larissa Barbosa Prazeres; MARTINS, Vidigal Fernandes. EVIDENCIAÇÃO DOS DERIVATIVOS FINANCEIROS NO BRASIL: Um olhar para o setor de energia elétrica. **RAGC**, v. 4, n. 10, 2016.

OLIVEIRA, Valdiney Alves; LEMES, Sirlei. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 56, p. 155-173, 2011.

PONTE, Vera Maria Rodrigues et al. Análise das práticas de evidenciação de informações obrigatórias, não-obrigatórias e avançadas nas demonstrações contábeis das sociedades anônimas no Brasil: um estudo comparativo dos exercícios de 2002 e 2005. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, n. 45, p. 50-62, 2007.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**, v. 3, p. 76-97, 2003.

VERGARA, S.C. Começando a definir metodologia. In: _____. **Projetos e Relatórios de pesquisa em administração**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2005, Cap.4.